

Novo "pacote" tenta contornar dificuldades

Apesar de ter utilizado uma linguagem de resistência à ortodoxia do Fundo Monetário Internacional, em Seul, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, iniciará amanhã reuniões com o ministro do Planejamento, João Sayad, e o presidente do Banco Central, para fixar os parâmetros do novo programa de ajuste econômico que pretende atender justamente a exigência da qual o FMI não abre mão, a de zerar o déficit operacional do setor público.

Inicialmente o Fundo exigiu a realização de um superávit nas contas do Governo de tal forma que iria jogar a economia novamente na recessão, se fosse alcançado. A resistência, o repúdio e a indignação do Governo, fez o FMI recuar para uma exigência de obtenção de um superávit de 2 por cento. O governo continuou resistindo e a exigência caiu para a de que seja zerado o déficit. As autoridades econômicas tentaram conter o déficit ao nível previsto para este ano, de 1,7 por cento a 2 por cento do PIB, mas prevaleceu a ortodoxia.

A conclusão evidente sobre a disposição oficial de acertar o compromisso de zerar o déficit

é que em 1986, a economia continuará enfrentando dificuldades e incertezas. O déficit orçamentário previsto, de Cr\$ 211 trilhões, poderá ser reavaliado em razão de previsões novas para o patamar inflacionário e corte integral no déficit operacional, que atingirá aproximadamente Cr\$ 80 trilhões este ano, exigindo esforço de poupança interna considerável, porque não há nenhuma garantia de que o País disporá de novos recursos dos bancos credores.

O perigo maior admitido pela assessoria econômica de Funaro é que permanece indefinida a situação cambial externa acrescida da previsão de um crescimento pequeno das economias dos países industrializados. A locomotiva da economia norte-americana terá que continuar andando, agora, não mais a partir da intensificação de déficit comerciais que garantiu a liquidez externa capaz de permitir aos países endividados manter em dia o pagamento de juros da dívida externa, e sim de superávit na balança comercial. A combinação de taxas cambiais flutuantes determinada pelos interesses das economias dos países industrializa-

dos, com a desvalorização do dólar, aumenta o risco em relação à taxa de juros externa, segundo a avaliação oficial. E estimulando as exportações, os EUA se transformarão em sério competidor do Brasil no setor agrícola; as exportações norte-americanas de cereais se destinam principalmente para Europa e Japão, dois mercados que têm garantido o escoamento das exportações brasileiras de grãos.

A esperança entre os assessores econômicos da Fazenda, comprometidos com uma política econômica, que combina expansão da liquidez monetária com corte nos gastos públicos e aumento de impostos — tese do ministro João Sayad que acabou predominando —, é de que, em última instância, o governo norte-americano impedirá qualquer desarticulação maior de curto prazo no sistema financeiro caso se verifique impossibilidade concreta de pagamentos face às exigências do FMI. Até agora foi interessante para os banqueiros manter a estabilidade do mercado sob a batuta do Fundo. Entretanto, se for necessário que ele tenha que flexibilizar suas exigências para im-

pedir prejuízos aos bancos, a convicção dentro do Governo é de que as regras do FMI serão desobedecidas com a convivência dos bancos, pois afinal estará em jogo a manutenção da taxa de lucro do Sistema Financeiro Internacional.

Ou seja, o novo programa de ajuste econômico que será encaminhado ao FMI no próximo mês, não garante nenhuma autonomia ao Governo para conduzir soberanamente a economia em 1986. As variáveis principais — taxa de juros e comércio internacional — fogem ao seu controle. Talvez por isso, apesar da resistência oficial ao discurso do FMI, as autoridades econômicas cuidam de atender as exigências formais da instituição. Caso contrário corre risco a manutenção das linhas de crédito comercial financiadas pelos credores. A incógnita é saber se o Congresso, em um ano eleitoral, aprovará um pacote acessível ao Fundo e de eficácia duvidosa para garantir o cumprimento das metas fixadas pelo IV Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que pretende garantir crescimento da economia entre 5 e 6 por cento do PIB.